

ACM aproveita para elogiar desempenho do Congresso

Senador usa marketing que recomendou a FHC e diz que ação do Poder é "indispensável"

ROSA COSTA

BRASÍLIA – Ao promulgar ontem a reforma administrativa, numa sessão que durou menos de dez minutos, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), seguiu à risca o conselho dado ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que divulgue mais os atos do governo. ACM fez sua parte, ao aproveitar a solenidade para elogiar o desempenho do Congresso. Segundo ele, ao dotar o País de medidas essenciais à sua modernidade, o Legislativo cumpre rigorosamente com seu dever. “E isso nos permite olhar de frente o povo brasileiro, como um Poder indispensável à democracia de nosso país”, explicou.

A sessão foi simples como ele queria. Como representantes do governo, apenas o ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, a ministra interina da Administração, Cláudia Costim, e o secretário-geral da Presidência, Eduardo Graeff. Cerca de 50 parlamentares estavam no plenário.

ACM justificou a simplicidade: “É melhor que, havendo menos solenidade, haja mais eficiência”, afirmou. “Com essa reforma dotamos a União, Estados e municípios de um instrumento ágil e moderno para reformular a administração pública.”

A reforma administrativa é a primeira a entrar em vigor entre as três que o governo encaminhou ao Congresso em agosto de 1995. A reforma da Previdência somente deverá ser retomada no fim do mês. Já a reforma tributária, que nem chegou a ser debatida, se-

rá substituída por uma nova proposta do governo. Várias mudanças da administração pública, decorrentes da reforma, só entrarão em vigor depois de regulamentadas. É o caso da

avaliação do servidor público e a quebra de estabilidade.

A aprovação ocorre num momento importante para o governo, porque ajuda a convencer os investidores internacionais de que o País tem o apoio do Congresso para desburocratizar a administração. O governo espera reduzir, com as novas medidas, os gastos com a folha de pagamento da União, dos Estados e municípios em R\$ 10,5 bilhões, no prazo de três anos. A medida será propiciada sobretudo pelo ajuste do valor da folha a 60% da arrecadação mensal.

SESSÃO FOI
SIMPLES E
COM BAIXO
QUÓRUM

05 JUN 1998